

NOVAS REGRAS

Governo recua de liberar mineração em área na Amazônia

Estava previsto para o anúncio de terça-feira a liberação da mineração em uma área na Amazônia, mas governo diz que precisa de mais tempo

Flávia Pierry [26/07/2017] [09h45]



Foto: as/mm/ma/ANTONIO SCORZA

Entre as [medidas anunciadas na terça-feira \(25\) para o setor mineral](#), uma delas foi abortada poucas horas antes do anúncio pelo presidente Michel Temer. Estava prevista a retirada de limites para a exploração mineral na Reserva Nacional do Cobre (RENCA), em região Amazônica.

A medida é polêmica pois permite a exploração mineral nas áreas da reserva que não sejam terra indígena ou parque nacional, o que poderia aumentar o desmatamento e degradação da região.



[ASSINE A GAZETA DO POVO](#) E TENHA **ACESSO ILIMITADO** AOS NOSSOS CONTEÚDOS EXCLUSIVOS.

“A gente tinha expectativa, mas não ficou pronto, faltou passar por outros ministérios e decidimos deixar para outras oportunidades. É uma portaria, é algo mais rápido”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que garantiu que a mudança foi postergada, mas não descartada.

O ponto que seria anunciado foi retirado do roteiro em cima da hora e deixou na mão o representante da indústria mineral que abriu o evento no Palácio do Planalto. Ele chegou a comemorar a retirada das limitações para exploração na Amazônia em seu discurso. Segundo assessores, o anúncio foi cancelado por temores de que a notícia pudesse ofuscar as medidas de aumento dos royalties da mineração (CFEM) e a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), consideradas positivas para o setor produtivo e para a retomada da economia.

Royalties

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que o aumento dos percentuais de royalties pagos pelas mineradoras sobre a exploração deve aumentar em 80% a arrecadação, que em 2016 somou R\$ 1,6 bilhão. A nova alíquota deve vigorar a partir de novembro, a depender da noventena obrigatória para impostos.

Em entrevista coletiva, o ministro detalhou a aplicação das novas alíquotas para o ferro, que até agora eram fixas em 2%. De acordo com o anúncio, passam a vigorar as alíquotas de forma escalonada a depender do preço do minério de ferro (US\$/Tonelada) no mercado internacional. Quando a tonelada estiver cotada abaixo de US\$ 60, a alíquota está mantida em 2%; subindo a 2,5% (US\$ 60 a US\$ 70); 3,0% (US\$ 70 a US\$ 80); 3,5% (US\$ 80 a US\$ 100) e 4% (maior que US\$ 100).

Ele acredita que as medidas anunciadas hoje podem atrair capital estrangeiro ao país, além de melhorar a financiabilidade dos projetos. O governo, porém, não vai mexer neste momento nos limites de exploração por empresas estrangeiras nas fronteiras do país, o que hoje é proibido.

Receba nossas notícias por e-mail

E-MAIL

NOME

CADASTRAR